ISSN: 2358-8829

DOS VENTOS DO ATLÂNTICO AO CHÃO DO CARIRI: UMA ANÁLISE DO POVOAMENTO DA CIDADE DE AMPARO-PB NAS AULAS DE HISTÓRIA DA ECI DE AMPARO.

Eraldo Eronides Maciel[1]

INTRODUÇÃO

O ensino de História ganha significado quando permite aos estudantes relacionar processos históricos amplos às experiências, aos lugares e às memórias que constituem seu cotidiano. A história local, nesse sentido, não se limita a apresentar curiosidades sobre o município: ela possibilita problematizar as formas pelas quais as comunidades constroem narrativas sobre suas origens, reconhecer os vestígios materiais e documentais do passado e compreender que a formação dos territórios resulta de processos coletivos, conflitos e interesses diversos.

Este trabalho apresenta uma experiência de ensino desenvolvida com a turma da 2ª série do Ensino Médio da Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Médio de Amparo (ECI de Amparo), situada na zona rural do município de Amparo, Paraíba. A turma era composta por 39 estudantes. A proposta nasceu da percepção de que parte dos alunos conheciam pouco sobre a história do lugar onde vivem e reproduziam, como explicação principal para a origem do município, uma narrativa da memória popular que associa esse processo a Miguel Pereira de Vasconcelos, no século XIX.

O ponto de partida foi o artigo “Dos ventos do Atlântico ao chão do Cariri: uma análise da colonização e povoamento do atual território da cidade de Amparo-PB” de autoria do Professor Eraldo Eronides Maciel, que investiga a ocupação regional nos séculos XVII e XVIII por meio de documentos de sesmarias, bibliografia histórica, cartografia e vestígios materiais. A experiência pedagógica buscou transformar os resultados dessa investigação em objeto de leitura, debate e análise com os estudantes, aproximando a pesquisa histórica do espaço vivido.

[1]Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraiba – UEPB; Experto em Inovação Educacional em Contextos Cooperativos pela Universidade de Mondragon (Espanha); eraldoeronidesm@gmail.com

ISSN: 2358-8829

O objetivo geral foi promover uma compreensão crítica e historicamente fundamentada do processo de ocupação do território de Amparo-PB, articulando a história local aos processos de colonização, expansão da pecuária e concessão de sesmarias no interior nordestino. Como objetivos específicos, buscou-se analisar fontes documentais primárias; discutir os limites das narrativas que atribuem a origem de uma localidade a um único fundador; relacionar documentos, mapas e paisagem; e reconhecer vestígios materiais como fontes para a investigação histórica.

A abordagem combinou aulas expositivas dialogadas, leitura e análise documental, interpretação de mapas históricos e atividade de campo na região da Pedra da Bicha, onde foram observadas cercas de alvenaria de pedra seca. Os resultados discutidos neste artigo indicam que a proposta contribuiu para aproximar os estudantes de fontes e procedimentos da pesquisa histórica e para compreender Amparo como parte de um processo de ocupação territorial longo, complexo e coletivo.

METODOLOGIA

A atividade foi desenvolvida no contexto das aulas de História com estudantes da 2ª série do Ensino Médio da ECI de Amparo, turma composta por 39 alunos. O percurso metodológico foi organizado em etapas complementares, articulando exposição dialogada, análise de fontes escritas e visuais, produção cartográfica e observação direta da paisagem. A proposta teve caráter pedagógico e investigativo, tomando como referência os documentos e argumentos apresentados no estudo sobre o povoamento do atual território de Amparo-PB.

Na primeira etapa, foram discutidos aspectos da colonização portuguesa, a ocupação inicial do litoral, a economia açucareira e a expansão da pecuária para o interior. O debate contextualizou a concessão de sesmarias como instrumento de distribuição e controle territorial no período colonial. Essa contextualização foi necessária para que os alunos compreendessem que a história local se conecta a estruturas econômicas e políticas que ultrapassam os limites do município.

Na segunda etapa, os estudantes realizaram leitura orientada de excertos de registros de sesmarias transcritos por João de Lyra Tavares (1982), especialmente os requerimentos relacionados a Custódio Alves Martins e seus descendentes, datados de 1699, 1740 e 1786. A leitura procurou identificar nomes de pessoas, referências geográficas, formas de ocupação, criação de gado e mudanças no uso do topônimo “Amparo”. Os documentos foram tratados

como registros produzidos em contextos coloniais específicos, e não como descrições neutras ou completas de todos os grupos que habitavam a região.

Na terceira etapa, foram examinados mapas e representações do território, com atenção aos rios, riachos, limites das sesmarias e localidades citadas nas fontes. A produção e a interpretação cartográfica ajudaram a relacionar informações documentais a referências espaciais contemporâneas. Por fim, a atividade de campo na região da Pedra da Bicha permitiu observar a paisagem e identificar cercas de pedra seca, consideradas possíveis vestígios materiais associados à história da pecuária regional. A observação foi utilizada como exercício de leitura patrimonial, sem atribuir automaticamente uma data precisa a cada estrutura apenas com base em sua aparência.

A sistematização dos resultados foi qualitativa, a partir dos conteúdos trabalhados, das questões levantadas durante as aulas e das relações construídas entre fontes documentais, mapas e paisagem. Não foram aplicados instrumentos padronizados de mensuração de aprendizagem nem produzidos dados estatísticos de desempenho; por isso, as conclusões se referem às contribuições pedagógicas observadas no desenvolvimento da proposta, sem pretensão de estabelecer uma medida quantitativa de impacto.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do povoamento de Amparo exige relacionar escalas históricas distintas. No plano mais amplo, a expansão marítima europeia e a colonização portuguesa integraram-se a interesses mercantis e à construção de mecanismos de domínio territorial. No Brasil colonial, a ocupação se concentrou inicialmente no litoral, onde a produção açucareira se articulou ao comércio atlântico. Posteriormente, a pecuária contribuiu para a expansão em direção ao interior, acompanhando cursos d'água e caminhos de circulação e favorecendo a instalação de fazendas e currais, afirmações que encontram respaldo em Teixeira e Hespanhol (2014) e também em Caio Prado Jr (1942).

O sistema de sesmarias constituiu um dos instrumentos utilizados pela Coroa portuguesa para conceder terras e incentivar seu aproveitamento econômico. Na prática, as concessões envolveram disputas, arrendamentos, transferências e conflitos sobre a legitimidade da posse. O caso da Casa da Torre e de sua influência territorial na capitania da Paraíba evidencia as tensões entre a extensão dos domínios, as exigências régias e a atuação de cultivadores e criadores de gado (Alveal; Barbosa, 2015). A ocupação colonial, contudo, não deve ser compreendida como espaço vazio: os próprios documentos mencionam a presença indígena,

ISSN: 2358-8829

ainda que a perspectiva administrativa colonial frequentemente a represente como obstáculo à expansão dos colonos.

Em relação a história do Cariri paraibano, Seixas (1973, 2000) discute a penetração de sertanistas e a ocupação de áreas interiores, enquanto Nunes (2017) contribui para compreender as dinâmicas de fronteira e a formação das estruturas sociais e fundiárias. Em diálogo com esse conjunto, Tavares (1982) reúne transcrições de registros territoriais que permitem acompanhar solicitações de sesmarias e referências geográficas do período colonial. Esses documentos oferecem evidências importantes, mas exigem leitura crítica: foram produzidos por agentes interessados na obtenção e legitimação de terras e não registram de modo equivalente as experiências de todos os grupos sociais.

No campo educacional, a história local pode funcionar como caminho para desenvolver a investigação histórica, desde que o espaço próximo não seja tratado como isolado ou como simples repertório de datas e personagens. Ao relacionar a documentação colonial à cartografia e aos vestígios da paisagem, a atividade propôs que os estudantes formulassem perguntas, confrontassem narrativas e compreendessem a construção do conhecimento histórico como interpretação fundamentada em evidências. A memória popular sobre Miguel Pereira de Vasconcelos foi considerada parte relevante da identidade local, mas colocada em diálogo com registros anteriores, sem negar a importância de sua atuação posterior.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um primeiro resultado pedagógico foi a ampliação da escala de análise dos estudantes. A ocupação de Amparo deixou de ser discutida apenas como episódio municipal e passou a ser relacionada à expansão colonial portuguesa, à pecuária e ao sistema de sesmarias. A contextualização favoreceu a compreensão de que a formação de localidades do interior nordestino esteve vinculada a interesses econômicos e políticos mais amplos, bem como à circulação de pessoas, animais e informações por caminhos associados a rios e riachos.

A análise dos registros de sesmarias possibilitou que trabalhássemos com evidências históricas concretas. O requerimento de número 18, atribuído a Custódio Alves Martins, datado de 1699, descreve a ocupação de terras no sertão (hoje Cariri paraibano), a instalação de um sítio e a introdução de gado.

Nº 18 EM 17 DE NOVEMBRO DE 1699
Alferes Custódio Alves Martins, diz que morador na capitania de Pernambuco e dezejando povoar algumas terras no sertão e tendo notícias de algumas que havia nas

ISSN: 2358-8829

> cabeceiras e nascenças do Parahyba, metteo com gente que levou em sua companhia pelo sertão com pessoa pratica, por serem partes aonde até então não tinha ido gente branca pelo receio de se toparem com gentio bravo, com despesa e risco de vida, e com effeito descobrio alguma terra que o gentio deo o nome de *Cujajique* em cuja terra ele supplicante situou-se e deo o nome de sitio – *S. João* – e logo lhe metteo gado, correndo pelo riacho acima duas légoas e pelo riacho abaixo outras duas legoas, fazendo novo sitio, e com efeito está de posse da referida terra a mais de três annos procurando dentro delles com toda diligencia saber a que jurisdicção pertencia para as poder pedir de sesmaria, para que com legitimo titulo podesse revalidar a sua posse, e porque tem entendido assim por informação particular e como por resolução comum e geral dos moradores daquelle governo requeria das ditas terras quatro legoas confrontadas na forma da Ord. L. 4.º til. 43 e conforme o capitulo do regim. deste governo. Foi feita a concessão de uma legoa de comprido e trez de largo, deixando salvas pedreiras e alguma aldeia de índios, pelo capitão-mór Manoel Soares de Albergaria. Esta concessão foi confirmada pelo Rei de Portugal em 22 de Março de 1702. (Tavares, 1982, p. 40).

Em sala, a leitura desse tipo de fonte permitiu discutir quem produziu o documento, quais interesses estavam envolvidos e que aspectos da realidade aparecem ou ficam ausentes no registro.

Outro achado central foi a historicidade do topônimo “Amparo”. No requerimento de sesmaria número 279 de 1740, Bartolomeu Alves Martins busca a posse de um território e faz referência a um riacho que chamam de Amparo, conforme podemos observar a baixo:

> N.° 279 em 3 de Dezembro de 1740
> Bartholomeu Alves Martins, filho familia do sargento-mór Custodio Alves Martins andava nos estudos com a pretensão de se ordenar sacerdote e parabem de seo patrimonio que queria fazer em gados e terras no sertão do Cariry, em um riacho que chamão do Amparo, que pela falta d-agua estava devoluto e nunca fora povoado; e porque elle suplicante a custa de sua intelligencia, trabalho e dispendio lhe queria fazer agua para o poder povoar, requeria em dito riacho para seo patrimonio uma legoa e meia de terra de comprido pelo dito riacho acima e meia legua de largura nas partes e logares em que o suplicante melhor podesse faser as ditas aguas e mais beneficios : outro sim queria mais o supplicante nas cabeceiras de um riacho secco por nome S. Paulo, onde chamão Serra Comprida outra légua e meia de terras em comprido no dito riacho e meia legua de largura nas sobras de uma sesmaria de tres leguas de terras que no dito riacho se achava povoada com uma fazenda chamada S. Paulo, e que o supplicante queria para logradouro dos seus gados, por ficarem os ditos dois riachos misticos um com outro sem que fosse prejuizo á dita sesmaria, que de presente se achava povoada e nem a outro qualquer, ficando inteirado nos ditos dois riachos de tres legoas de comprido e uma de largo. Fez-se a concessão, no governo de Pedro Monteiro de Macedo. (Tavares, 1982, p 160/161).

Já na solicitação de sesmaria de número 850 registrada em 1786 por Custódio Alves Martins Filho e seu irmão João Alves Martins, relativo às terras de uma área denominada até os dias de hoje como Pedra da Bicha, a expressão “terras do Amparo” aparece como referência de limite geográfico como fica evidente no trecho a baixo:

ISSN: 2358-8829

> N.° 850 em 4 de Agosto de 1786
> Custodio Alves Martins e seu irmão João Alves Martins, moradores nas cabeceiras do Cariry de Fòra, como filhos e herdeiros do fallecido seu pae sargento-mór Custodio Alves Martins, dizem que se acham dominando e possuindo, por si e pelo dito seu pae, ha muitos anos, uma sorte de terras no olho d'agua da Pedra da Bixa que por estar devoluta dela se apossara o dito seo pae e para titulo legitimo pedem por sesmaria, com tres leguas de comprido e uma de largo, meia para cada parte, pegando no olho d 'agua da Pedra da Bixa correndo para o nascente a entestar com terras do Amparo e para o poente extremando com a terra dos Grossos de S. Pedro e para o norte extremando com terras de S. Antonio e S. Pedro e para o sul extremando com terras de S. Paulo fazendo sempre peão no sobredito Olho d'Agua. Foi feita a concessão, no governo de Jeronymo José de Mello Castro. (Tavares, 1982, p 427/428).

A comparação desses documentos sustenta a interpretação de que o nome já circulava no território antes do século XIX, inicialmente associado a um curso d’água e depois a uma localidade reconhecida como referência espacial.

Essas evidências não autorizam, por si sós, a fixação de uma data única para a fundação do município atual. Elas permitem, entretanto, questionar a ideia de uma origem pontual e exclusivamente atribuída a um único indivíduo. A atuação de Miguel Pereira de Vasconcelos no século XIX pode continuar a ser investigada como parte importante da consolidação do núcleo populacional e da permanência do nome, sem que isso apague processos anteriores de circulação, ocupação e criação de gado. A discussão favoreceu uma distinção importante para o ensino de História: a diferença entre memória coletiva, marco de fundação e processo histórico de povoamento.

A cartografia histórica teve função articuladora. Ao comparar os limites aproximados das sesmarias e os cursos d’água com a configuração atual do território, os estudantes puderam perceber como a geografia condicionava deslocamentos e usos econômicos, sem determinar mecanicamente os acontecimentos. Os rios e riachos intermitentes podiam oferecer referências de orientação, acesso à água e passagens para os rebanhos. Ao mesmo tempo, a interpretação dos mapas exigiu reconhecer que os limites coloniais nem sempre correspondem exatamente às fronteiras municipais contemporâneas e que algumas relações espaciais permanecem hipóteses fundamentadas, não certezas absolutas.

A atividade de campo na Pedra da Bicha aproximou a investigação documental da materialidade da paisagem. As cercas de pedra seca observadas no entorno constituíram ponto de partida para discutir técnicas construtivas, delimitação de áreas rurais e necessidades da pecuária. Oliveira et al (2016) relacionam estruturas desse tipo à apropriação e ao uso histórico de áreas associadas à criação de gado. No contexto da atividade, as cercas foram abordadas como vestígios que ajudam a formular perguntas sobre o passado, ressaltando-se que a atribuição de cronologia específica exigiria investigação adicional.

ISSN: 2358-8829

A experiência também evidenciou a importância de reconhecer os limites das fontes utilizadas. Os registros de sesmarias priorizam os interesses de requerentes e autoridades coloniais; por isso, a presença indígena aparece de forma subordinada à narrativa de conquista e concessão de terras. Uma abordagem crítica precisa explicitar que o território era habitado antes da chegada dos colonizadores e que a expansão da pecuária envolveu expropriação, violência e disputas. Esse cuidado evita transformar a história do povoamento em narrativa celebratória de "desbravadores" e amplia as possibilidades de problematização histórica em sala de aula.

Do ponto de vista pedagógico, a combinação de exposição dialogada, análise documental, cartografia e campo ofereceu diferentes formas de contato com o conhecimento histórico. Em vez de receber apenas uma versão pronta sobre a origem de Amparo, os estudantes foram convidados a observar como as interpretações são construídas a partir de indícios e como novas fontes podem modificar narrativas consolidadas. Como não houve aplicação de avaliação quantitativa padronizada, não se afirma uma mensuração objetiva do ganho de aprendizagem; o resultado sustentado pela experiência é a criação de oportunidades de leitura crítica do território e de valorização da história local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência realizada com a turma da 2ª série do Ensino Médio da ECI de Amparo demonstrou a viabilidade de trabalhar a história local por meio da articulação entre conteúdos curriculares, fontes documentais, mapas e observação da paisagem. O estudo do povoamento do atual território de Amparo permitiu conectar a realidade vivida pelos estudantes a processos mais amplos da colonização portuguesa, da expansão pecuarista e da concessão de sesmarias no interior nordestino.

Os registros de 1699, 1740 e 1786, transcritos por Tavares (1982), sustentam a interpretação de que a região foi ocupada e referenciada gradualmente, e que o topônimo "Amparo" já era utilizado no século XVIII. As informações analisadas, em diálogo com os estudos de Seixas (1973, 2000) e Nunes (2017), reforçam que o povoamento não pode ser reduzido à ação de um fundador isolado. Essa conclusão não elimina a importância atribuída pela memória local a Miguel Pereira de Vasconcelos, mas situa sua atuação em uma trajetória territorial mais longa.

No plano do ensino, o principal resultado foi proporcionar condições para que os estudantes confrontassem narrativas conhecidas com evidências históricas e compreendessem

o papel da documentação, da cartografia e dos vestígios materiais na produção do conhecimento. A visita à Pedra da Bicha contribuiu para reconhecer que a paisagem rural conserva marcas que podem ser investigadas, preservadas e discutidas em atividades de educação patrimonial.

Como limite, destaca-se que a experiência não utilizou instrumentos quantitativos padronizados capazes de medir mudanças de aprendizagem, de modo que novas aplicações podem incorporar registros sistemáticos das perguntas dos alunos, produções escritas, mapas comentados e avaliações antes e depois da sequência didática. Também são necessárias pesquisas complementares sobre a presença e as experiências dos povos indígenas, trabalhadores, mulheres e outros grupos pouco visíveis nos documentos de sesmarias, além de investigações específicas sobre a cronologia das cercas de pedra seca. Essas possibilidades podem aprofundar a história de Amparo e fortalecer práticas de ensino que tratem os estudantes como sujeitos capazes de investigar criticamente o território em que vivem.

Palavras-chave: História local. Ensino de História. Sesmarias. Povoamento. Amparo-PB.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos estudantes da 2ª série do Ensino Médio da ECI de Amparo pela participação nas atividades de leitura, discussão e investigação da história local, bem como à comunidade escolar pelo apoio ao desenvolvimento da proposta.

REFERÊNCIAS

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. **A legitimidade da graça:** os impactos da tentativa de reforço da política sesmarial sobre as terras da Casa da Torre na capitania da Paraíba (século XVIII). Topoi, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 78-100, jan./jun. 2015. Acesso em: 01 de Jun.2026. Disponível em: https://www.scielo.br/j/topoi/a/brbbSrJVSM6yZsVTb9Q7Pxk/abstract/?lang=pt.

MACIEL, E. Eronides. Dos ventos do Atlântico ao chão do Cariri: uma análise do povoamento da cidade de Amparo-PB nas aulas de História da ECI de Amparo. [*s.l.*]. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/17GUXUeKtOiNw83uO1bLkTpQSUB4lc4Wc/view?fbclid=PAb21jcAVFEopleHRuA2FlbQIxMQBwZG9mAnNydGMGYXBwX2lkDzU2NzA2NzM0MzM1MjQyNwABp2LcS6a9nyQgXWohcpJu_RJ5K6SmnSBcQkLWQMyrm_e_mYoeXk1S8Deebn1_aem_V6uMsZWypYnLNHhXMw9Pw&utm_source=ig&utm_medium=social&utm_content=link_in_bio . Acesso em: 19 de Jun. 2026.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Entre mobilidades e disputas: o sertão do rio Piranhas – Capitania da Paraíba do Norte, 1670-1750**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Acesso em 01 de Jun.2026. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14510/1/2015_tese_apcpmoraes.pdf .

MUNIZ, Márcia Clêide Carvalho. **A Casa da Torre de Garcia D'Ávila: uma proposta de educação patrimonial para o ensino de história da Bahia**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2021. Acesso em: 01 de Jun. 2026. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/702036

NASCIMENTO, Tomires da Costa e Silva. **A questão agrária e a formação do campesinato negro no município de Sumé-PB: uma discussão com o ensino de sociologia**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional) – Universidade Federal de Campina Grande, Sumé, 2020.

NUNES, Aldo Manoel Branquinho. **Currais, cangalhas e vapores**: dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos "Sertões da Borborema" (1780-1920). 2017. 302. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande-PB, 2017.

Oliveira, G. P.; Sena Medeiros, L. D; Ferreira, B. **As cercas da geodiversidade: um retrato da apropriação e uso do patrimônio geológico no Seridó Potiguar, Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil.** REGNE, Natal, Vol. 02. nº 2 de 2016. Acesso em: 29 de Mai.2026. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/9560 .

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1942.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **A conquista do sertão paraibano.** *In.:* IHGP. Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos de Brasil. João Pessoa. Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 2000, p. 108 – 133.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. A conquista e povoamento do sertão da Paraíba. **Almanaque da Paraíba**. João Pessoa: Almanaque da Paraíba,1973.

TAVARES, João Lyra. A**pontamentos para a História Territorial da Parahyba**. Edição Fac-similar. Coleção Mossoroense, volume CCXLV, 1982.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **A trajetória da pecuária bovina brasileira.** Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n.36, v.1, p.26-38, jan./jul. 2014. Acesso em: 02 de Jun.2026. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/2672.